

DJ 21346 - 1



■ A fiscalização nas reservas florestais sob domínio do Governo do Estado situadas na Grande Vitória é inoperante, pois há poucos fiscais e o número de veículos disponíveis para as vistorias é inexpressivo. As reservas da Grande Vitória — Mestre Álvaro, Parque da Fonte Grande e Duas Bocas — possuem, ao todo, apenas sete fiscais. Em Duas Bocas, Cariacica, há seis fiscais, na Fonte Grande há um, que, a pé, fiscaliza sozinho 218 hectares, e no Mestre Álvaro não há nenhum. Nos últimos anos, analisa o biólogo Édson Valpassos, o Governo do Estado investiu recursos em desapropriações das áreas de preservação, mas não aplicou esforços para dar condições de trabalho à fiscalização. Para piorar o quadro, o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) vem perdendo guardas florestais devido aos baixos salários oferecidos. Além disto, o trabalho de vigilância oferece riscos, como é o caso da Fonte Grande, onde a fiscalização tem de enfrentar não só caçadores, mas o perigo representado por marginais que se escondem na região. (Página 8)

Foto

X

Reservas estão desprotegidas na Grande Vitória

Foto de Gildo Loyola

Adriana Machado

A fiscalização nas reservas florestais sob o domínio do Governo estadual, situadas na Grande Vitória — Mestre Álvaro, Parque da Fonte Grande e Duas bocas — é caótica. A mais “bem protegida” — Reserva Biológica de Duas Bocas, em Cariacica —, possui apenas seis fiscais, enquanto que o parque da Fonte Grande tem só um e o Mestre Álvaro não é fiscalizado por ninguém.

Além da falta de pessoal, somente Duas Bocas dispõe de veículos — uma moto e um jipe — para auxiliar o trabalho dos agentes florestais. No Parque Estadual da Fonte Grande, um único fiscal tem que dar conta do controle andando a pé 218 hectares. É evidente que, diante desta realidade, o fiscal não consegue impedir a caça predatória, os cortes esporádicos de árvores, nem qualquer tipo de agressão ao meio ambiente que parta dos proprietários ou seus empregados, que tiveram suas terras desapropriadas, quando da criação do parque.

Segundo admite o chefe da Seção de Parques e Reservas do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), o biólogo Edson Valpassos, este quadro caótico



A reserva florestal da Fonte Grande enfrenta, além dos depredadores, os marginais que ali se escondem e desovam corpos em suas pequenas matas

Justiça ainda atrapalha

A falta de investimentos nas reservas e parques florestais do Governo do Estado não é o único fator que põe em risco a preservação dessas unidades, onde ainda se encontram espécies nativas da outra vasta floresta Atlântica, que já cobriu 90% do solo espírito-santense. A Justiça é a principal responsável pela demora na conclusão dos processos de desapropriação destas áreas. A afirmação é do chefe da seção de Parques e Reservas do Instituto de Terras, Cartografias e Florestas, o biólogo Edson Vapassos, que há anos trabalha no órgão.

Embora o Parque Estadual da Fonte Grande, situado no centro de Vitória, tenha sido criado desde 1986, pela Lei 3.875, durante o Governo Camata, até hoje a Justiça não concedeu a emissão de posse definitiva de nenhuma das áreas desapropriadas. Em alguns casos, o ITCF tem a emissão de posse provisória, mas, dentro dessa condição, o órgão está impedido de fazer qualquer intervenção no parque. O parque tem um valor natural e um potencial turístico gigantesco, no entanto, o ITCF não po-

Valpassos, este quadro caótico existe porque o Governo do Estado, nos últimos anos, não investiu recursos para preservar essas florestas e remanescentes da Mata Atlântica. "Os recursos são apenas para desapropriações — inclusive, este crédito tem que ser dado ao Governo —, mas quando se trata da montagem de infra-estrutura e condições de trabalho, pouco tem sido feito", afirma.

Para agravar mais ainda a situação, também nos últimos anos, de acordo com Valpassos, o ITCF vem perdendo guardas florestais devido aos baixos salários oferecidos. O Mestre Álvaro, por exemplo, já teve oito agentes florestais. Hoje não há mais nenhum porque o Estado proibiu contratações, e só no ano passado autorizou a realização de concurso público para o órgão, o que só deve ocorrer no próximo semestre.

O perfil do agente florestal, justamente pela baixa remuneração — não chega atualmente a dois salários mínimos — é pior do que se possa imaginar. Geralmente, este funcionário só cursou até no máximo o ginásio. O treinamento deles é difícil. Alguns não sabem nem ler. Consequentemente, não podem sequer aprender a preencher um auto de infração. "Nós precisamos fazer contratações urgentes. Eu gostaria que o governador desse para esse problema a atenção devida, para que a população usufrua dos parques e reservas com respeito", apela Valpassos.

Das três unidades de conservação estaduais localizadas na Grande Vitória, para o biólogo, o Parque Estadual da Fonte Grande é o mais problemático. Além dos depredadores — caçadores e pessoas que derrubam árvores para fazer lenha — a região tem servido de esconderijo de marginais. "Só de um ano para cá", diz ele, "foram encontrados oito corpos desovados no parque".

A Companhia Florestal, que deveria reforçar a atuação dos fiscais, dando segurança, tem um efetivo de pessoal inexpressivo. O ideal, na avaliação de Édson Valpassos, seria que em cada unidade

A reserva florestal da Fonte Grande enfrenta, além dos depredadores, os marginais que ali se escondem e desovam corpos em suas pequenas matas

houvesse um contingente de policiais florestais fixos, ou, em alguns casos, como o do parque da Fonte Grande, poderiam ser escalados policiais militares. Esta hipótese, no entanto, está fora de cogitação, no momento.

Embora estejam autorizados a usar armas de fogo, no Parque Estadual da Fonte Grande, este é um procedimento pouco recomendável para os fiscais. Na tentativa de intimidar uma pessoa suspeita ou até em casos de flagrantes, o agente florestal se arrisca a acabar sendo a vítima:

O medo e a tensão dominam esses trabalhadores. Na última semana, um fiscal colocado à disposição do ITCF foi devolvido à Prefeitura de Vitória porque não estava realizando as tarefas que lhe competiam. Valpassos, porém, não deixa de reconhecer que as justificativas apresentadas pelo funcionário para explicar por que não vinha fiscalizando o parque como deveria têm fundamento. "Todos os agentes que vão trabalhar lá sentem medo", observa o biólogo.

Em Duas Bocas, com 2.910 hectares, cada dupla de fiscais tem que controlar uma extensão equivalente a 50 campos de futebol, tendo à disposição para trabalhar apenas uma moto e um jipe. Como toda a área — que recentemente passou da categoria de reserva florestal para reserva biológica — é praticamente rodeada por estradas, é comum ouvir o barulho de tiros nas matas.

Essa reserva sempre foi a mais "bem protegida", pois nela há um lago represado que abastece os municípios de Vitória e Cariacica. Ou seja, não pela importância natural do local, mas pelo seu valor econômico, os cuidados em mantê-la preservada vêm desde o início do século. Mas, mesmo Duas Bocas, lamenta Valpassos, sofreu um retrocesso em relação à sua preservação.

Ele lembra de certos absurdos referentes à infra-estrutura que ainda perduram. A reserva tem rede elétrica. Faltam só recursos do Governo do Estado para que as

duas casas construídas para alojar os guardas e uma outra para pesquisadores não sejam mais iluminadas por lâmpadas. Fora o fato de também em Duas Bocas, assim como nas outras reservas estaduais, não haver equipamentos contra incêndio, sistema de radiocomunicação e torres de fiscalização.

Para o Mestre Álvaro está em fase de negociação com a Prefeitura da Serra a elaboração de um plano de manejo. Exatamente por estar enquadrada, desde janeiro, na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), as propriedades localizadas dentro dos limites demarcados não estão sujeitas à desapropriação, sendo, portanto, fundamental que se estabeleçam regras para a ocupação do solo. O plano tem que definir quais trechos terão que ficar intocáveis, onde os agricultores podem formar pastos e plantações, quais partes precisam ser reflorestadas, e ainda, o que será necessário para que o monte possa servir para projetos de educação ambiental e turística.

A Prefeitura, segundo Valpassos, está realmente interessada em fazer o plano, principalmente pelo aspecto turístico do Mestre Álvaro. Dentro dessa avaliação, os biólogos acreditam que a dificuldade para obtenção de recursos para custear os estudos e sua posterior implementação na prática pode ser superada.

Para este ano, a dotação orçamentária solicitada pelo ITCF ao Palácio Anchieta é de Cr\$ 328 milhões. Quase toda esta quantia é para ser aplicada no pagamento das indenizações de desapropriação. Para compra de equipamentos, montagem de infra-estrutura de apoio à fiscalização e pesquisa, aquisição de veículos, uniformes para os guardas e outros gastos mais onerosos, o ITCF aguarda "sentado" o envio de recursos para o Estado pelo Governo federal.

Desde o ano passado, foi depositado nos cofres do Tesouro Nacional a primeira parcela de um financiamento obtido junto ao Banco Mundial para execução do Plano Nacional de Meio Ambiente

(PNMA). Vários Estados brasileiros foram "beneficiados" com a assinatura de convênios oficializando o repasse de recursos, inclusive, o Espírito Santo, onde há uma concentração de vegetações típicas da Mata Atlântica. Porém, até hoje, nem o cheiro desse dinheiro chegou ao Estado.

Quando foi feita a previsão orçamentária para o ITCF, afirma o diretor Florestal do órgão, Ademir Câmara Lopes, contava-se que era líquido e certo que os recursos seriam enviados. Seguindo as diretrizes do convênio explica o diretor é que só foram calculados os gastos com as desapropriações, pois essa parte, assim como a contratação de mais pessoal, pelo documento assinado, é de responsabilidade do Governo do Estado.

Preso às amarras do Governo federal, por enquanto não há perspectivas de investimentos na reservas e parques estaduais. A sobra de recursos, segundo o que foi solicitado pelo ITCF e ainda não está aprovado pelo Executivo estadual, servirá somente para pequenas obras, como pavimentação dos acessos à Reserva Florestal das Flores, em Castelo, recém-criada, com 800 hectares.

Mas, mesmo com o envio dos recursos provenientes do Banco Mundial, Édson Valpassos aponta um obstáculo que precisa, segundo ele, ser urgentemente superado. "Nós técnicos vivemos em eterna tensão porque não se sabe o vai acontecer com o ITCF amanhã. Desde o tempo que foi formada a Comissão Estadual de Meio Ambiente, com o objetivo de se estruturar o sistema estadual de meio ambiente — e que resultou, por exemplo, na criação da Seama — discute-se a permanência ou não do órgão vinculado à Secretaria da Agricultura. Com isso, as condições de trabalho no órgão vão se deteriorando, e ele é colocado em segundo plano. Eu não tenho a preocupação se o ITCF vai passar para a Seama ou não. O que nós queremos é uma definição. No ITCF não há um só computador e até a folha de pagamento é feita a mão", conta o biólogo.

Fonte Grande

O parque está circundado pela cidade de Vitória e do seu topo avista-se toda a ilha. Sua vegetação está representada pela Mata de Encosta, com espécies como jacarandá, ipê, pau-d'alho, jequitibá, canela, aderne, angico e outras introduzidas para recomposição florestal. A fauna predominante está representada por ouriço-cachoeiro, tatu-galinha, sagui-da-cara-branca, sanhaço, cutia, preá e gavião. Suas principais atrações são a Pedra dos Olhos, a vista panorâmica da capital e as ruínas em estilo colonial (construção do século XIX) da sede da outrora Fazenda Boa Vista.

Duas Bocas

A fauna é rica, predominando lontras, veados, pacas, raposas, gatos-do-mato, jaguatiricas, preguiças, tatus, lagartos, macacos, perdizes, arapongas e saíras. Localizado em Cariacica, distante de Vitória 26 quilômetros, a reserva possui uma flora (mata de encosta) diversificada, podendo ser encontradas árvores como jequitibá, cedro, jacarandá, louro, braúna e ipê. Resultante da convergência dos rios Pannels, Pau-Amarelo e Naiá-Assu e Taquaruçu, nasce um lago represado que abastece Vitória e Cariacica.

Mestre Álvaro

Situado na Serra, esta unidade foi criada pela pressão dos estudantes e professores universitários, durante o governo Elcio Álvares, dentro da categoria de Reserva Florestal. O imponente maciço que emerge em meio a terrenos pluviais, atingindo a altitude de mais de 800 metros, é considerado como um dos pontos culminantes do litoral brasileiro, e de valor histórico, natural e cênico inestimável para os capixabas.

ral e um potencial turístico gigantesco, no entanto, o ITCF não pode sequer construir um posto de fiscalização. Os agentes florestais são obrigados a ter como base apenas um trailer minúsculo, em condições precárias. Também não podem ser abertas "trilhas de interpretação" para viabilizar expedições com caráter educacional, nem realizados trabalhos de reflorestamento nas áreas já devastadas.

Já os proprietários que brigam na Justiça contra a decisão do Estado em desapropriar suas áreas, por conhecer a ineficiência da fiscalização, não ficam parados e continuam plantando, ou realizando outras intervenções, como se esta atitude não fosse um ato ilegal. Na última sexta-feira, Valpassos, com um binóculo, observou do ponto onde estão as torres das emissoras de rádio e televisão, que, perto de Fradinhos, o proprietário de uma área desapropriada está retirando pedras.

Ele faz questão de frisar que a Justiça tem por obrigação concluir o mais rápido possível os processos de desapropriação para que o ITCF, apesar da falta de recursos, possa, pelo menos, idealizar alguns projetos para utilização do parque, como um programa de reflorestamento em convênio com outros órgãos públicos ou empresas privadas.

Até hoje a pior devastação ocorrida no Parque Estadual da Fonte Grande partiu, por incrível que parece, do ex-vice-governador José Moraes, durante a época em que também exerceu o cargo de prefeito de Vitória. José Moraes chegou a destruir um trecho significativo coberto por árvores nativas para abrir uma estrada cortando o parque. Há dois anos, a Companhia Vale do Rio Doce está reflorestando essa área. Neste caso foi possível fazer a recuperação, porque a Justiça assim determinou. Desde então, não houve agressões desse porte, mas, segundo Valpassos, enquanto o Estado não tiver a emissão definitiva dos 218 hectares que formam a unidade da Fonte Grande, os riscos continuarão sendo eminentes.